

SUMÁRIO

Apresentação 7

Martha Abreu, Giovana Xavier, Livia Monteiro e Eric Brasil

Da cultura popular à cultura negra 15

Matthias Assunção e Martha Abreu

Parte I – Festas da liberdade 29

Festas e lutas políticas: das festas do 13 de maio às festas do Quilombo de São José da Serra, RJ, 1888 – 2011 30

Martha Abreu e Hebe Mattos

Abram alas para a abolição: festejos, conflitos e resistências em Minas Gerais (1880-1888) 58

Juliano Custódio Sobrinho

Com pianos e tambores: as festas abolicionistas em Minas Gerais 82

Luiz Gustavo Santos Cota

A festa da abolição do 13 de maio – comemorações, identidade e memória 107

Renata Figueiredo Moraes

O jongo nos palcos teatrais, partituras e clubes musicais no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX 134

Silvia Cristina Martins de Souza

Parte II – Carnavais e mobilização negra 161

Essa fina gente do morro: ocupação, conflitos e representações da Mangueira (1910-1930) 162

Lyndon de Araújo Santos

As escolas de samba cantam sua negritude nos anos 1960: uma página em branco na historiografia sobre o movimento negro no Brasil 192

Guilherme José Motta Faria

Azul, branco e negro: o carnaval da Unidos de Vila Isabel em 1988: Kizomba – A festa da raça 219

Eduardo Pires Nunes da Silva

Parte III – Patrimônios negros 247

Sociabilidade religiosa e mestiçagem: a formação das irmandades de pardos no Rio de Janeiro colonial 248

Larissa Viana

Entre o silêncio e o reconhecimento oficial: como se escreve (ou se escreveu) a história do jongo/caxambu em Barra do Piraí 270

Luana da Silva Oliveira

Branco quer aprender dança de preto: valorização e reconhecimento no registro do patrimônio imaterial afro-brasileiro 294

Elaine Monteiro

Jongo da Serrinha: performance negra, violência urbana e mudança social numa comunidade carioca (2003-2010) 325

Álvaro Nascimento

As festas de Congada e o patrimônio cultural negro em Minas Gerais (1970-2015) 345

Lívia Nascimento Monteiro

Entre brechas e proibições: a experiência de brincantes negros do bumba-meu-boi no Maranhão no pós-Abolição 369

Carolina de Souza Martins

Entre a cultura do espetáculo e a identidade negra: os maracatus-nação do Recife na contemporaneidade 395

Ivaldo Marciano de França Lima e Isabel Cristina Martins Guillen

Sobre os autores 425

APRESENTAÇÃO

Cada vez mais, seja na história social da escravidão, do pós-Abolição, nos estudos feministas, pós-coloniais e no ensino de história, o conceito de cultura tornou-se chave, assumindo feições muito mais ligadas aos conflitos do que aos consensos. Na história social da escravidão, base de formação de quase todos os autores da presente obra, esta guinada da cultura, como todo homogêneo e harmonioso, para a de “arena de conflitos” é sabidamente tributária da obra de E.P. Thompson,¹ na qual aprendemos que a classe é formada a partir das experiências de seus sujeitos – e de experiências também no campo das festas, tradições culturais e políticas.

Tal impacto culmina no que historiograficamente ficou patenteadado como a virada do “escravo coisa” para o “escravo sujeito”. A primeira perspectiva consolidou-se entre os anos 1950 e 1960, através das pesquisas de Florestan Fernandes² e de Fernando Henrique Cardoso.³ Quanto à segunda vertente, aquela do “escravo sujeito”, que ganha forma a partir dos anos 1980, destacam-se como clássicos (devemos sempre questionar o que e quem define o “clássico”) os trabalhos de João Reis e Eduardo Silva,⁴ Sidney Chalhoub⁵ e Robert Slenes,⁶ para ficarmos apenas com três. A partir desses traba-

1 THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. vol. 1 - A árvore da liberdade.

2 FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978. [1. ed. 1964].

3 CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962.

4 REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

5 CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

6 SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

lhos tornou-se impossível pensar a ação de escravos e libertos sem levar em conta suas relações familiares, festas religiosas, irmandades e batuques, concepções sobre liberdade e direitos. Escravos e descendentes produziam cultura, visões de mundo e tradições, em estreito diálogo com as heranças africanas recebidas. Alimentavam-se de esperanças políticas possíveis. Moviam-se no interior de conflitos sociais travados.

A partir dos anos 2000, em continuidade com a efervescência deste campo e com as demandas dos movimentos negros em defesa das ações afirmativas (incluindo aí obrigatoriedade do ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e Africana, ilustrado pela promulgação da Lei 10.639/03),⁷ temos visto crescer a quantidade de pesquisas empenhadas em investigar os processos históricos relacionados às populações negras no pós-Abolição, suas lutas políticas e culturais. Na direção de se pensar “o pós-Abolição como problema histórico” específico, vinculado mas não dependente das heranças da escravidão, os trabalhos de Ana Lugão Rios e Hebe Mattos,⁸ Álvaro Nascimento⁹ e Flavio Gomes¹⁰ tornaram-se referências obrigatórias.

Sem dúvida, precisamos reconhecer: uma espécie de negligência historiográfica marcava a história dos descendentes de africanos depois da Abolição da escravidão. No máximo, tínhamos trabalhos sobre a dominação das teorias racistas científicas e sobre o descaso da República com os libertos. Nestas versões únicas da história, crianças, mulheres e homens negros

7 A Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de história da África e cultura afro-brasileira e africana, foi alterada pela Lei 11.645/08, que incluiu a obrigatoriedade do ensino de história indígena nas escolas de todo o Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 25 maio 2016.

8 RIOS, Ana; MATTOS, Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanço e perspectivas. *TOPOI*, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_antigos/Topoi08/topoi8a5.pdf>. Acesso em: 25 maio 2016.

_____; _____. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

9 NASCIMENTO, Álvaro. Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? O pós-abolição no ensino de História. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida (Org.). *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, pp. 11-26.

10 GOMES, Flavio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

tinham sido entregues à própria sorte, naturalizando-se a continuidade da pobreza e a pretensa marginalidade. Nem mesmo os que já tinham conseguido a liberdade muito antes de 1888 escaparam das narrativas sobre esse único destino. De fato, os descendentes de africanos, que carregavam a marca da escravidão na própria cor da pele, tornaram-se negros e desapareceram de grande parte dos livros de história após a Abolição, assim como suas lutas e projetos.

Se essa negligência impressiona, ela revela muito mais. Por um lado, podemos identificar o próprio racismo escondido no ato de esquecer e silenciar vozes; por outro, o domínio posterior do “mito da democracia racial”, a partir da Primeira República, sem dúvida produziu uma espécie de miopia intelectual em relação à história do racismo. Em consequência, foram encobertos os movimentos de combate ao racismo. Tais movimentos ganharam forma na atuação de professores e professoras, músicos e artistas, pais e mães de santo e políticos negros, em jornais, associações religiosas, sindicais e carnavalescas, como as escolas de samba.

De fato conhecíamos muito pouco a história do racismo e de seu combate, no Brasil, ao longo do século XX, muito menos sobre como os sujeitos sociais identificados como negros reagiram ou lidaram com seus problemas e efeitos, mais especialmente no campo cultural. Os dois volumes que trazemos ao público, *Festas, carnavais e patrimônios negros* (volume 1) e *Trajelórias e lutas de intelectuais negros* (volume 2), procuram exatamente contribuir para diminuir os silêncios sobre o papel da cultura negra nas histórias do pós-Abolição.

Mesmo de formas distintas, todos os trabalhos deste livro também dialogam com os ensinamentos de E. P. Thompson sobre cultura popular e cultura plebeia,¹¹ conceitos que precisam ser situados em contextos específicos e inseridos nas lutas sociais mais amplas, marcadas pela defesa de costumes tradicionais. Não costumes tradicionais entendidos como sobrevivências do passado, ou como coisas do folclore, mas

11 THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

como bandeiras de luta por costumes e direitos, em meio a disputas e conflitos de poder, que envolvem questões de classe, gênero e outros marcadores sociais intersectados com raça e combate ao racismo.

Com todos os riscos que possa trazer a adjetivação do conceito, tratamos aqui de *cultura negra*. Certamente não foi mera coincidência que, a partir dos anos 1980, o conceito de *cultura negra* tornou-se cada vez mais recorrente em substituição ao de *cultura popular*. Como Matthias Assunção e Martha Abreu discutirão no *Pontos de partida*, o conceito de cultura negra transformar-se-ia, a partir desse período, nas narrativas e ações dos movimentos sociais negros, assim como no trabalho dos educadores pela implantação da Lei 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas do país.

Recentemente, durante a arguição na banca de defesa de tese de Eric Brasil, Maria Clementina Pereira Cunha, historiadora referência dos carnavais cariocas, alertou-nos sobre os perigos embutidos no termo *cultura negra*. Embora com lugares de fala e pontos de vista bastante distintos, podemos dizer que a fala da pesquisadora da Unicamp coaduna-se com a da escritora nigeriana Chimamanda Adichie, autora de romances célebres¹² e de um belíssimo depoimento que viralizou na internet, que não por acaso intitula-se “O perigo de uma história única”.¹³ Tanto a historiadora quanto a literata alertam-nos para os problemas das homogeneizações, naturalizações e reproduções de estereótipos, corriqueiramente atribuídos às práticas culturais – musicais, artísticas e religiosas – das populações negras ao longo da história.

Assim, a presente coletânea vai ao encontro da perspectiva de ambas. Nós, organizadores dessa obra (três historiadoras e um historiador, pertencentes a diferentes gerações acadêmi-

12 ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Americanah*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. _____; _____. *Hibisco roxo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

13 Depoimento da autora em *Technology, Entertainment, Design* (TED), 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wQk17RPuhW8&noredirect=1>>. Acesso em: 24 maio 2016.

cas), partilhamos do entendimento da *cultura negra* como resultante de campos de experiência sempre pensados e definidos por sujeitos plurais. Estamos diante de um conceito que pertence, ao mesmo tempo, a mundos nem sempre afinados ou em sintonia: o mundo das lutas sociais e o mundo das explicações acadêmicas.

As culturas tornam-se negras, em função das lutas sociais e das identidades políticas construídas pelos descendentes de africanos em todas as Américas depois da tragédia do tráfico, da escravidão moderna e da experiência do racismo. De fato não existem culturas negras – muito menos uma única *cultura negra* – definidas *a priori* como um conjunto de práticas com certas características comuns, consensuais e imutáveis. Portanto, a leitora e o leitor não encontrarão nesta coletânea uma definição pronta e acabada de cultura negra.

Para o caso do mundo acadêmico, entendemos, da mesma forma que para a expressão *cultura popular*, que só é possível definir *cultura negra* enfrentando-a. Ou seja, por um lado, a partir do árduo trabalho de historiadoras e historiadores com fontes e metodologias de pesquisa variadas, que permitam colocar em campo, ou na arena de conflitos, sujeitos sociais negros plurais com suas diversas expressões e representações artísticas, musicais, educacionais, políticas, ideológicas e identitárias. Por outro, em tempos de indagações sobre o lugar dos “subalternos” no conhecimento científico, a partir do franco e promissor diálogo – que pode incluir também parceria – com os movimentos sociais, culturais e políticos estudados ou envolvidos na discussão. Nesse sentido, defendemos que *cultura negra* possa ser entendida mais como sujeito de interação do que propriamente como objeto de nossas reflexões e pesquisas.

Embora no seu sentido hegemônico a academia prime por valores como o individualismo, a competição e a meritocracia, estamos convencidos de que nosso entendimento da cultura, como sujeito interativo, só pôde ser costurado a partir de experiências de pesquisas coletivas, participativas e horizontais. Essa vivência “transgressora” culminou na criação e consolidação do Grupo de Estudo e Pesquisa Cultura Negra no Atlântico (Cultna/UFF), ligado ao Núcleo de Pesquisa e Estudos em

História Cultural (Nupehc) e ao Laboratório de História Oral e Imagem (Labhoi), formado inicialmente por Martha Abreu, Hebe Mattos, Giovana Xavier, Livia Monteiro, Eric Brasil, Matthias Assunção, Leon Araújo, Fernanda Pires, Maria do Carmo Gregório, Alexandre Reis, Luara dos Santos Silva, Carolina Martins, Fernanda Soares entre tantos outros pesquisadores de variadas instituições. Autoras e autores deste trabalho, alguns, jovens mestres e doutores, recolhem agora os primeiros resultados de seus mestrados e doutorados. Outros, mais experientes, foram especialmente convidados, em função da importância de seus trabalhos para nossas reflexões.

Nestes dois volumes, poderão ser encontradas variadas experiências negras no campo da cultura, da festa, da música, do teatro, da educação e da luta política, em diversas temporalidades e partes do Brasil. No primeiro volume, ganham destaque instituições e associações culturais e políticas negras dos tempos da escravidão, mas principalmente dos tempos do pós-Abolição, como as escolas de samba, congados, jongos, bois e maracatus.

Na Parte I, *Festas da liberdade*, são estudados os festejos e as comemorações que, com a participação direta da população negra, organizaram e celebraram as lutas da Abolição nos artigos de Martha Abreu e Hebe Mattos, Juliano Custódio Sobrinho, Luiz Gustavo Santos Cota, Renata Figueiredo Moraes. O texto de Silvia Cristina Martins de Souza, sobre o jongo nos teatros do século XIX, evidencia outros usos e trânsitos da festa negra, que podem recriar estereótipos e hierarquias raciais no mundo cultural.

Na Parte II, *Carnavais e mobilização negra*, os trabalhos distanciam-se da ideia de que as festas são “válvulas de escape”. As escolas de samba podem ser vistas como locais de mobilização, de combate ao racismo e de afirmação de direitos e identidades negras, conforme os artigos de Lyndon de Araújo Santos, Guilherme José Motta Faria e Eduardo Pires Nunes da Silva.

Na Parte III, *Patrimônios negros*, são discutidos os caminhos de transformação do legado cultural da escravidão, como irmandades, jongos, congados, festas do boi e maracatus, em patrimônios culturais reconhecidos coletivamente e nacionalmente.

Bem distantes da ideia de folclore ou de sobrevivências culturais sem sentido, os artigos da Parte III abrem um novo campo de investigação historiográfico a partir da renovação e recriação do patrimônio cultural negro. Nesta parte encontram-se os textos de Larissa Viana, Luana da Silva Oliveira, Elaine Monteiro, Álvaro Nascimento, Lívia Monteiro, Carolina de Souza Martins,IVALDO Marciano de França Lima e Isabel Cristina Martins Guillen.

No primeiro volume, indubitavelmente, a festa negra emerge em expressões que transformam, no tempo presente, a memória do cativo e a canção escrava em espetáculo, patrimônio cultural, local de conflito, de luta e afirmação da negritude.

No segundo volume, contribuindo de forma inovadora para a abertura de novos campos de investigação, as atenções são dirigidas para sujeitos sociais que, na prática, criaram novos sentidos de cultura e festas negras. Homens e mulheres, em geral esquecidos até pouco tempo, demonstram, por suas trajetórias e ação intelectual, como o campo cultural está repleto de iniciativas de combate ao racismo e de contraposições às relações de dominação, reconstruídas no pós-Abolição. Sob a ação desses sujeitos, definidos como intelectuais, os campos musical, teatral e educacional tornam-se importantes canais de afirmação de direitos e discussão das identidades negras. Mais ainda contribuem para o entendimento de uma outra história do Brasil republicano e suas lutas pela cidadania.

Na Parte I, *Entre músicas e festas negras*, os textos de Manuela Areias Costa, Rodrigo de Azevedo Weimer, Caroline Moreira Vieira, Silvia Brügger, Gabriela Busccio e Alexandre Reis reconstituem trajetórias de intelectuais que registraram no campo musical suas histórias, memórias e lutas políticas.

Na Parte II, *Política negra no teatro*, os textos de Rebeca Natacha de Oliveira Pinto, Júlio Cláudio da Silva e Maria do Carmo Gregório demonstram de forma contundente o quanto o teatro, território hegemonicamente branco, se tornou palco para o combate ao racismo através da valorização de atrizes e atores negros e sua cultura escrita.

Na Parte III, *Lideranças negras e mobilização racial*, tomamos conhecimento da trajetória de três homens negros que,

através da atuação em associações civis, imprensa e produção acadêmica, conferiram visibilidade à mobilização racial e à afirmação de direitos, nos artigos de Luara dos Santos Silva, Eric Brasil e Ana Carolina Carvalho de Almeida Nascimento.

Martha Abreu, Giovana Xavier, Livia Monteiro
e Eric Brasil
(organizadores)